

**Despacho CECS 022/2019**

**Edital Pregão Presencial CECS 037/2019**

Devolvo o presente Edital de Licitação na modalidade *Pregão Presencial* com o visto jurídico solicitado, considerando que, do ponto de vista formal, está amparado no que dispõe a Lei 10.520/02 e Lei 13.303/2016. A minuta de contrato contempla as condições essenciais ao contrato administrativo, conforme previsto nos artigos 68 e seguintes da Lei Federal 13.303/16, assim como no e art. 75 do Regulamento da Consorciada Eletrosul e no item 10.1 do Regulamento da Consorciada Copel Geração e Transmissão S.A.


Observo que a análise jurídica não abrange as questões ligadas à necessidade, condições comerciais, financeiras e técnicas da pretendida contratação, de atribuição das áreas requisitante dos materiais e gestora do processo licitatório; a adequação do objeto como "comum", exigido pela Lei 10.520/02 para a modalidade pregão.

No que tange à publicidade da licitação, esta deve se dar mediante publicação na imprensa oficial e em meio eletrônico (na *Internet*), sendo observado o **prazo mínimo** de 15 (quinze) dias úteis a data fixada para a abertura das propostas, conforme previsão das normas contidas no art. 39, inciso II, letra "a" da Lei 13.303/2016. Ressalte-se que o referido prazo deve ser livre e exclusivamente para publicidade, sendo que no caso de haver exigências editalícias impondo obrigações à parte que demandem também prazo, como visita técnica, por exemplo, deve ser referido prazo acrescido ao da publicidade legal.

Registre-se, por fim, que todas as folhas do processo devem ser numeradas por ordem cronológica e rubricadas, em razão de orientação do Tribunal de Contas/PR.

O presente despacho é parte integrante do processo, e deverá ficar arquivado na pasta respectiva.

Curitiba, 11 de novembro de 2019.

  
**Damasceno Maurício da Rocha Júnior**  
OAB/PR nº 15.171